



CNPJ nº 60.853.264/0001-10 Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Sen	hores	Acionis	tas:	

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Liderança Capitalização S.A. ("Empresa") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do relatório dos Auditores Independentes. A Empresa encerrou o exercício de 2013 com ativos totais no montante de R\$ 1.116.894 mil, receita

bruta de R\$ 357.016 mil e lucro líquido de R\$ 41.233 mil.

Operações de Capitalização
Unindo-se a parcerias comerciais para a distribuição do produto, a Empresa vem dinamizando e criando novas formas de abordagem ao consumidor, propiciando aos investidores, maiores atrativos, fazendo com que o produto seja cada vez mais aceito em todos os níveis sociais, face ao linguajar adotado e pela simplicidade do investimento, o qual não apresenta ao seu investidor qualquer risco quanto à sua

Investimentos

Ativo

Circulante Disponível

Caixa e bancos

Outros créditos Despesas antecipadas Ativo não circulante Realizável a longo prazo....... Títulos e créditos a receber.

Investimentos.... Participações societárias..... Imóveis destinados à renda.

Outros investimentos...
Imobilizado.....

Outras imobilizações

Outros intangíveis

Imóveis de uso próprio Bens móveis

Aplicações.....Créditos das operações de capitalizaçã Créditos das operações de capitalização Títulos e créditos a receber.. Títulos e créditos a receber. Créditos tributários e previdenciários.

Créditos tributários e previdenciários...

Depósitos judiciais e fiscais....

Outros créditos operacionais...

Outros valores e bens....

A Empresa adota uma política de investimentos conservadora, privilegiando a liquidez e a qualidade dos ativos. Utiliza métodos estatísticos para avaliação de risco que visam monitorar e identificar possíveis

desvios da política e eventual ruptura dos principais indicadores financeiros que possam comprometer a gestão dos ativos. Tal conservadorismo permite que os valores comprometidos das reservas tenham recursos suficientes para honrar os compromissos em qualquer tempo, com larga margem de segurança. Os direitos dos clientes, representados pelas reservas técnicas, no valor R\$ 478.166 mil estão devidamente garantidos por aplicações financeiras totais de R\$ 580.783 mil das quais R\$ 574.200 mil foram oferecidas em cobertura das reservas técnicas com um excedente de cobertura de R\$ 96.034 mil e apresentam um montante de R\$ 6.583 mil em reservas livres, o que demonstra capacidade financeira para a Empresa manter até o vencimento as aplicações financeiras marcadas nesta categoría, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 464/13. Distribuição de Lucros e Dividendos

De acordo com o estatuto social, a distribuição de lucros e de dividendos fica à disposição da Assembleia Geral, que dará a destinação que lhe convier respeitada as normas legais aplicáveis. Do resultado do exercício apurado foi disponibilizado aos acionistas o montante de R\$ 16.024 mil de dividendos antecipados, conforme estabelecido no Estatuto Social da Empresa e R\$ 16.921 mil a título de Juros Sobre o Capital Próprio.

BALANÇOS PATRIM	IONIA	IS em 31	de dezen	nbro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
		640.303	633.077	Circulante		506.674	496.751
		105	247	Contas a pagar		16.058	20.842
	4	105	247	Obrigações a pagar	15	11.169	16.237
	5	580.783	583.113	Impostos e encargos sociais a recolher		3.135	2.580
ção		47.411	34.041	Encargos trabalhistas		1.632	1.480
io	6-a	47.411	34.041	Impostos e contribuições		46	485
		9.787	13.056			76	60
	7	6.925	9.744	Outras contas a pagar			
	8	2.423	3.042	Débitos de operações com capitalização	40	7.247	5.542
	9	439	270	Débitos operacionais	16	7.247	5.542
	10	2.217	2.620	Depósitos de terceiros		1	6
		476.591	410.513	Provisões técnicas - Capitalização	17	478.166	466.329
		397.396	399.293	Provisão para resgates		419.145	395.396
		156.339	152.079	Provisão para sorteio		38.638	43.551
	8	125.076	119.016	Outras provisões		20.383	27.382
	18	20.022	15.836	Outros débitos		5.202	4.032
	11	11.241	17.227	Débitos diversos	18-g	5.202	4.032
	12	241.057	247.214	Passivo não circulante		306.383	251.290
	13	71.194	3.155	Contas a pagar		1.374	1.229
		3.157	3.148	Tributos diferidos		1.374	1.229
		68.030	_	Outros débitos		245.274	204.609
		/	/	Description of the desired of the second of	40		004.000

Provisões judiciais

Patrimônio líquido.

Reservas de capital

Reservas de lucros.

Capital social.

1.116.894 1.043.590 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

669

1.116

865

883

45

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATR	INÔNIO LÍQUI	DO - Exer	cícios findo	s em 31 de dezemb	ro de 2013 e 2012 (Em milhares de Re	aris)
DIMONONA, OLD DAD MOIA, OLD DO FAIN	annormo Ergor		eservas de	Dividendo adicional	Ajustes com títulos e	Lucros/Prejuízos	, a.i.s.j
	Capital social	Capital	Lucros	proposto	valores mobiliários	acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	273.323	557	2.803	23.089	609		300.381
Títulos e valores mobiliários	_	_	_	_	(609)	_	(609)
Lucro líquido do exercício	_	_	_	_	,	43.867	43.867
Proposta para distribuição do resultado:	_	_	18.866	(23.089)	_	(43.867)	(48.090)
Reserva legal	_	_	2.193	` <u>-</u>	_	(2.193)	`
Reserva de lucros a realizar	_	_	16.673	_	_	(16.673)	_
Juros sobre o capital próprio	_	_	_	_	_	(16.500)	(16.500)
Dividendo adicional proposto				(23.089)		(8.501)	(31.590)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	273.323	557	21.669	_	_		295.549
Lucro líquido do exercício						41.233	41,233
Proposta para distribuição do resultado:	_	_	8.288	_	_	(41.233)	(32.945)
Reserva legal	_	_	2.062	_	<u> </u>	(2.062)	<u>, </u>
Reserva de lucros a realizar	_	_	6.226	_	-	(6.226)	_
Juros sobre o capital próprio	_	_	_	_	_	(16.921)	(16.921)
Dividendos pagos		_		_	_	(16.024)	(16.024)
Dividendos pagos	273.323	557	29.957	_	_	_	303.837
	As notas explicativa	s são parte in	tegrante das c	lemonstrações financeiras			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

Contexto operacional

A Liderança Capitalização S.A. ("Empresa"), devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), situada na Rua Jaceguai nº 400, São Paulo, opera na colocação de títulos de capitalização denominados "Tele Sena". O controlador em última instância é o Sr. Senor Abravanel. Para a colocação desses títulos é utilizada uma rede de distribuidores em todo o Brasil, que também atuam como postos para o resgate dos títulos. Os títulos são emitidos de acordo com as normas da Circular SUSEP nº 365, de 27 de maio de 2008 e alterações posteriores, e segundo as condições gerais e notas técnicas atuariais. Os títulos são estruturados em séries, com prazo de vigência de 12 meses, na modalidade Popular e forma de custeio do tipo Pagamento Único (PU) com capitalização de 50%. Esses títulos têm prazo de prescrição de até cinco anos, conforme previsto no Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

A Empresa foi constituída sob natureza jurídica de Sociedade Anônima de capital fechado, tendo seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo. 1. Contexto operacional

seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Com<mark>ercial do Estado de</mark> São Paulo Composição acionária Silvio Santos

	Quanti-	Quanti-	Quanti		uanti-	e
	dade	dade	dade	9	dade	
	de ações	% de ações	% de ações	s % de a	ações %	,
Silvio Santos						
Participações						
S.A.	_	- 853.823 97.	00% 26.417	7 3.00% 88	0.240 100.00%	f
Liderança						
Capitalização						
S.A.	288.137 93	.30% -	- 20,703	3 6,70% 30	8.840 100.00%	,
Base de elaboração						C

Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com a observância das práticas contábeis
aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP),
incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comité de
Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela SUSEP. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 464/13

Contido ha Circular 303EF il 40415.

Os saldos abaixo demonstrados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, estão sendo reapresentados para fins de comparação, em razão da: compensação dos ativos fiscais correntes com os passivos fiscais correntes, decorrente de direito legalmente executivel da Empresa de compensá-los; reclassificação da receita com prescrição de exigibilidades decorrente da prescrição do direito de resgates e prêmios em atendin 464/13

Balanço patrimonial				
	Saldos			
	anteriormente		Saldos	
Ativo	divulgados	Reclassificações	reclassificados	
Circulante				
Créditos tributários e previdenciários	18.478	(15.436)	3.042	
Demais ativos	630.035	`	630.035	
Ativo não circulante	410.513	_	410.513	
Total do ativo	1.059.026	(15.436)	1.043.590	
Passivo				
Circulante				
Impostos e contribuições	15.921	(15.436)	485	
Demais passivos	496.266	` _	496.266	
Passivo não circulante	251.290	_	251.290	
Patrimônio líquido	295.549	_	295.549	
Total do passivo	1.059.026	(15.436)	1.043.590	
Demonstração de resultados				
•	Saldos			
	anteriormente		Saldos	
	divulgados	Reclassificações	reclassificados	
Receita líquida com				
títulos de capitalização	198.642	(24.260)	174.382	
Variação da provisão para resgate	(152.065)	(24.260)	(176.325)	
Resultado com sorteios	(12.220)	(4.534)	(16.754)	
Outras receitas e despesas operacionais	(188)	28.794	28.606	

Base para mensuração

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens contemplados nos balanços patrimoniais:

• Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

Uso de estimativas e julgamentos

O de indicado de indi

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos controles. significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014.

Nota 5 - Aplicações Nota 6-a - Créditos das operações de capitalização Nota 8 - Créditos tributários e previdenciários Nota 17 - Provisões técnicas

Nota 18 - Provisões judiciais

realizada em 26 de fevereiro de 2014.

Principais práticas contábeis adotadas

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes a caixa incluem numerário em caixa e depósitos bancários à vista em moeda nacional e compreendem os saldos registrados na rubrica "caixa e bancos". b. Apuração de resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência

As receitas líquidas com títulos de capitalização, assim como os respectivos custos comercialização e provisões técnicas, conforme Circular SUSEP nº 464/13, são integralme registradas no mês de emissão dos títulos com base em estimativa que consideram parâmet respectivos custos de históricos para cada campanha de venda. Após o término das campanhas são efetuados os ajustes e consequentemente refletidas as vendas e despesas efetivas

Ativos financeiros Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado; disponíveis para venda; mantidos até o vencimento e

Valor justo por meio de resultado - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado e a Empresa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. **Disponíveis para venda** - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros com categorias de para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros com categoria de pala vivea de para venda são com para categoria de para categoria com para categoria com para categoria com para categoria categori

são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do 5, patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Mantidos até o vencimento - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são

cotados em mercados ativos e compreendem os "Créditos das operações com capitalização", decrescidos de qualquer perda no valor recuperável.

Redução ao valor recuperável (Ativo financeiro)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de

perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de

(*) Lastreados por títulos públicos

valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes no patrimônio liquido

303.837

273.323 557

29.957

1.116.894

295.549

21.669

5 a 10

1.043.590

Os títulos classificados como "valor justo por meio do resultado" e "disponíveis para venda" são ajustados ao seu valor justo (mercado). As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente investido e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração, e por se tratar de operações de curto prazo, o custo atualizado está próximo ao valor

endo reclassificada para o resultado quando da efetiva venda dos ativos.

As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

Créditos das operações de capitalização Registram o valor dos títulos de capitalização a receber, em poder dos distribuidores durante o seu período de comercialização.

Despesas antecipadas Compreende, principalmente, custos e despesas incorridos e necessários à colocação de títulos relativos às campanhas futuras, cuja comercialização ainda não iniciou até a data de fechamento do balanço **Outros** ativos

Demonstrados ao valor de custo acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, até a data de balanço, em base pro rata dia. Conforme Notas Explicativas nº 22-e-f-g, o valor a receber originado da venda de investimentos está apresentado a valor presente. Investimentos e imobilizado Mensurado ao custo histórico menos depreciação acumulada, exceto quanto às participações societárias em coligadas e controladas que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item.

Reparos e manutenções são contabilizados em contrapartida ao resultado do período, quando

O imobilizado é depreciado usando o método linear conforme se segue: Outras imobilizações Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de

Imóveis de uso próprio compreendem, principalmente, o edifício sede da Empresa. O valor de mercado dos imóveis, apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada, encontra-se superior ao valor contábil e como consequência e em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado foi cessado o registro da depreciação. Imóveis destinados à renda corresponde ao imóvel recebido da Silvio Santos Participações S.A., dação de pagamento parcial da dívida, conforme Nota explicativa nº 22-f, no montante de R\$ 68.030

mensurado pelo seu valor justo, conforme laudo de avaliação emitido por empresa especializada. A descrição da operação e características detalhadas do imóvel constam na Nota explicativa nº 13-b. Passivo circulante e não circulante Mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Obrigações a pagar decorrem do curso normal das atividades da Empresa, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário é registrado no passivo não circulante.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Empresa optou, no exercício de 2013, pelo regime de tributação pelo lucro real trimestral (lucro real anual em 2012). A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertam, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação.

As contingências ativas e provisões judiciais são avaliadas pela Administração em conjunto com as assessorias jurídicas interna e externa. As contingências ativas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as provisões judiciais são registradas quando a probabilidade de desembolso de caixa é avaliada como sendo provável e se possam mensurar com razoável seguranca. k. Provisões técnicas

São constituídas de acordo com as normas e instruções do CNSP e da SUSEP, a seguir descritas: Provisão matemática para capitalização (PMC) - Refere-se aos compromissos decorrentes de pagamento único, representado, em conformidade com as condições gerais dos respectivos títulos por 50% do valor de aguisição de títulos de capitalização "Tele Sena", atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR), acrescida de juros equivalente a 0,08% ao ano, com prazo de vencimento de um ano.

A Empresa adotou a faculdade prevista no Inciso I do Art. 4º da Circular SUSEP nº 459/12 e alterações

posteriores, preservando assim a taxa de juros aplicada aos títulos comercializados até a data da publicação da referida Circular equivalentes a 20% dos juros aplicados às cadernetas de poupança.

Provisão para sorteios a realizar (PSR) - Refere-se à provisão para prêmios de sorteios a realizar, discriminados nos títulos de capitalização "Tele Sena" e definidos segundo nota técnica atuarial de valores variáveis a cada evento

Provisão para resgate (PR) - Refere-se aos compromissos decorrentes de títulos de capitalização, depois de transcorrido o prazo de vencimento, e ainda não resgatados, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR) Provisão para sorteios a pagar (PSP) - Refere-se aos compromissos decorrentes de prêmios por

Provisão para despesas administrativas (PDA) - Refere-se aos compromissos necessários para cobrir despesas administrativas dos títulos de capitalização "Tele Sena", definido segundo

metodologia descrita em nota técnica atuarial, classificado como "outras provisões" Caixa e bancos.

	lotal				105	247	
5.	Aplicações financeiras						
			2013			2012	
		Custo	Sem	01 a	Valor	Valor	
		atualizado	vencimento	90 dias	justo	justo	
	I - Valor justo por meio do resultado	48.060	48.060	_	48.060	44.548	
	Fundos de renda fixa abertos	48.060	48.060		48.060	44.548	
	II - Disponíveis para venda	506.559	(78)	506.559	506.481	478.634	
	Fundos exclusivos de títulos públicos	506.559	(78)	506.559	506.481	478.634	7
	Operações compromissadas (*)	506.559		506.559	506.559	478.706	
	Caixa e despesas dos fundos						
	exclusivos	_	(78)	_	(78)	(72)	
	III - Mantidos até o vencimento	26.242		26.242	26.242	59.931	
	CDB - Certificados de depósitos						
	bancários	26.242	_	26.242	26.242	59.931	

<u>47.982</u> <u>532.801</u> <u>580.783</u> <u>583.113</u>

Perspectivas e Planos da Administração
A Empresa acredita que não há gestão eficaz sem o compromisso com a ética em seus relacionamentos.
A visão de gestão de riscos e de gestão de ativos e passivos como funções de controle pode revelar cada vez mais a capacidade da Empresa adicionar valor ao seu negócio, através do desenvolvimento de um processo cuidadoso e amplo de planejamento estratégico e tático associado ao seu processo de

Outras Informações Em conformidade com o disposto na Circular SUSEP nº 464, de 1º de março de 2013, a Empresa, declara que não houve nenhum acordo de acionistas ou qualquer alteração do controle acionário.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso da Empresa, com destaque para nossos clientes, distribuidores, fornecedores, prestadores de serviços, funcionários e destaque para nossos clientes, uistribuldores, demais empresas do Grupo Silvio Santos.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2014.
A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

		, ,	
	Nota	2013	2012
Receita líquida com títulos de capitalização		176.609	174.382
Arrecadação com títulos de capitalização		357.016	350.707
Variação da provisão para resgate		(180.407)	(176.325)
Variação das provisões técnicas		6.926	(6.650)
Resultado com outras provisões técnicas		6.926	(6.650)
Resultado com sorteios	20-a	(14.355)	(16.754)
Custos de aquisição	20-b	(155.364)	(146.086)
Outras receitas e despesas operacionais		33.705	28.606
Outras receitas operacionais	20-c	34.109	28.808
Outras despesas operacionais		(404)	(202)
Despesas administrativas		(84.942)	(38.431)
Pessoal próprio		(20.234)	(20.337)
Serviços de terceiros		(12.390)	(11.232)
Localização e funcionamento		(5.153)	(4.619)
Publicidade e propaganda		(2.125)	(113)
Publicações		(134)	(133)
Donativos e contribuições		(21)	(130)
Despesas administrativas diversas	20-d	(44.885)	(1.867)
Despesas com tributos	20-е	(9.922)	(8.891)
Resultado financeiro		101.814	80.114
Receitas financeiras	20-f	114.826	96.807
Despesas financeiras	20-g	(13.012)	(16.693)
Resultado patrimonial		1.574	807
Receitas com imóveis de renda		575	339
Receitas com ajustes de investimentos em controladas ou coligadas		1.001	724
Despesas com ajustes de investimentos em controladas ou coligadas		(2)	(256)
Resultado operacional		56.045	67.097
Ganhos e perdas com ativos não correntes		199	(38)
Resultado antes de impostos e participações		56.244	67.059
Imposto de renda	21	(8.615)	(13.500)
Contribuição social	21	(5.330)	(9.311)
Participações sobre o resultado		(1.066)	(381)
Lucro líquido do exercício		41.233	43.867
Quantidade de ações		308.840	308.840
Lucro líquido por ação		133,51	142,04
			,

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras **DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE** Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

2012 43.867 (609) (1.016) 2013 41.233 Lucro líquido do período Resultados abrangentes. Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda 407 **43.258** Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes. 41.233 Resultado abrangente total...

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em <mark>milh</mark>ares de Reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Atividades operacionais	2013	2012
	Lucro líquido do período	41.233	43.867
)	Ajustes para:		
r	Depreciações e amortizações	314	272
Э	Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(9)	(5)
r	Resultado de equivalência patrimonial	(999)	(469)
	Variação das provisões técnicas	173,481	158.715
S	Outros ajustes	5	(607)
9	Lucro líquido ajustado	214.025	201,773
9	Variação das contas patrimoniais		
	Ativos financeiros	2.330	(10.671)
	Créditos das operações de capitalização	(13.370)	(233)
ı	Créditos fiscais e previdenciários	(907)	(4.090)
•	Ativo fiscal diferido	(4.534)	1.689
	Depósitos judiciais e fiscais	(4.186)	(3.350)
	Despesas antecipadas	403	(876)
2	Outros ativos	(53.683)	(48.081)
,	Fornecedores	2.394	(1.136)
	Imp <mark>ostos e contr</mark> ibuições	16.882	10.181
	Outras contas a pagar	313	(277)
5	Débitos de operações com capitalização	1.705	1.427
3	Depósitos de terceiros	(5)	1
	Provisões técnicas - capitalização	(161.644)	(123.222)
	Provisões judiciais	40.665	21.137
3	Outros passivos	15.453	(3.958)
	Caixa gerado/(consumido) nas operações	55.841	40.314
3	Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	1.436	_
١,	Impostos sobre lucros pagos	(16.766)	(3.371)
3	Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	40.511	36.943
	Atividades de investimento		
)	Recebimento pela venda de ativo permanente:		
	Imobilizado	7	4
	Pagamento pela compra de ativo permanente:		
	Imobilizado	(253)	(376)
	Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	(246)	(372)
	Atividades de financiamento		
Э	Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(40.407)	(39.444)
	Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	(40.407)	(39.444)
`	Aumento/(redução) líquido de caiva e equivalentes de caiva	(142)	(2.873)

(142) 247	(2.873) 3.120 247
	24,
2013	2012
48.060	44.548
48.060	44.548
2013	2012
88.793	54.225
417.688	424.409
506.481	478.634
2013	2012
_	26.599
26.242	33.332
	2013 48.060 48.060 2013 88.793 417.688 506.481

Movimentação das aplicações financeiras nos exercícios findos em 31 de dez

Ajuste a Saldos Rendi-Saldos em 2012 Aplicações Resgates mentos justo em 2013 Fundos de renda fixa abertos. Fundos exclusivos de títulos públicos 478.634 113.196 (122.954) 506.481 37.605 de depósitos bancários 26.242 **580.783** Total. Saldos Saldos Rendiem 2011 41.125 justo em 2012 - 44.548 mentos 3.423

Fundos de renda fixa abertos Fundos exclusivos de 404.536 478.634 507.870 (470.640) 37.884 (1.016)títulos públicos. CDB - Certificados de depósitos bancários 241.900 (314.615) 572.442 47.172 (1.016) 583.113 Aplicações financeiras - Recursos livres 2013 2012 Aplicações financeiras vinculadas a cobertura de reservas 547.958 481.802 Quotas de fundos de investimentos... Certificados de depósitos bancários 26.242 25.199 Total vinculado 574.200 507.001 Aplicações financeiras livres 41.380 Quotas de fundos de investimentos 6.583 Certificados de depósitos bancários ... 76.112 Total de aplicações livres 6.583 583.113 580.783 Aplicações financeiras - Recursos livres.... 102.617 116.784 Excesso de cobertura.. 96.034 40.672

Rentabilidade da carteira Em 2013, o rendimento auferido com os ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos da Empresa totalizou RS 44.783 no exercício. Essa rentabilidade representa 99,08% do CDI que foi de 8,06%, acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

6.583

(7.155)

76.112

(7.155)

Provisão para riscos de créditos a receber (*)

Anlicações financeiras livres

	6.	a. Créditos a receber de distribuidores por vencimento		
a		•	2013	2012
O		A vencer		
		De 1 a 60 dias	47.168	33.930
		Vencidos	243	111
			47.411	34.041

b. Movimentação da conta de títulos de capitalização a recebe 2013 2012 Saldos no início do exercício. 34.041 33.808 (82) (4.877)(343.564)(345.586)

Arrecadação com títulos de capitalização. Brindes, furtos e prêmios instantâneos. Eventos diversos .. Recebimentos. 34.041 7. Títulos e créditos a receber **2012** 6.810 2013 Antecipações de resgates 6.586 9.570

519 **9.744** 6.925 (*) Refere-se a valores não repassados à Empresa por distribuidores de títulos os qu processo formal de cobrança judicial. continua -



A Empresa possui registros de processos judiciais cíveis que se encontram em diversas instâncias, originadas, principalmente, por questionamentos quanto à premiação. A Empresa constituiu provisão para perdas em processos cíveis classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para

Imposto sobre serviços

O Município do Estado do Rio de Janeiro, alegando que o título de capitalização "Tele Sena" é uma loteria disfarçada, vem autuando a Empresa, em processo de reclamação do pagamento de ISS - Imposto sobre Serviços, nos períodos de novembro de 1991 a agosto de 1993, setembro de 1993 a fevereiro de 1998, março de 1998 a dezembro de 2001 e agosto de 2003 a julho de 2008, cujo valor

constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.



CNPJ nº 60.853.264/0001-10 Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo

nua Jaceguai II 400 - Bela Vista - Sao Faulo	
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Rec 8. Créditos tributários contribuição social no 4º trimestre de 2013 e constitui crédito tributário no valor de R\$ 4.534 mil.	·
O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição: A constituição de créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias que apontam para a	2013, foram pagos dividendos no valor de R\u00e8 3.2.12 referentes aos dividendos disponibilizados no exercício de 2012. Do resultado do exercício foram disponibilizados o montante de R\u00e8 16.024 pagos antecipadamente, conforme estabelecido no estatuto social.
Circulante: geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa da Créditos de imposto de renda a compensar	
Outros 116 39 Exercício Prejuízo fiscal Imposto de renda diferido Contribuição social diferida % 2.423 3.042 2014 8.655 2.164 1.298 76.36%	ao exercício corrente, pagos antecipadamente. Os juros sobre o capital próprio foram registrados e classificados de acordo com a Circular SUSEP nº 464/13, observadas as normas de regência do
Não circulante: 2015	imposto de renda, e reduziram a despesa de imposto de renda e da contribuição social em aproximadamente R\$ 6.768. d. Reserva de lucros
Contribuição social 45.203 44.631 5 and 3 feed of 5 and 3 feed (b) 2013 2012 Cofdition tributórios cobre projuíça fixed (b) 120.542 119.016 Adiantamentos a funcionários 201 196	É constituída por até 100% do lucro líquido remanescente, após as deduções legais, ao final de cada exercício social, tendo por finalidade assegurar investimentos em ativos permanentes e reforço do capital de giro podendo, também, absorver prejuízos.
Industrial	Essa reserva, em conjunto com a reserva legal, não poderá exceder o valor do capital social. Os acionistas, reunidos em Assembleia Geral, poderão a qualquer tempo, ou quando atingido o
4.534 2 10. Despesas antecipadas 2013 2012 a. Créditos tributários sobre diferenças temporárias 10. Despesas antecipadas 2013 2012 Prestação de serviços a apropriar	limite estabelecido, deliberar sobre sua destinação para aumento do capital social ou distribuição de dividendos. 20. Detalhamento das contas de resultado
Os creditos tributarios decorrem, substancialmente, das provisões judiciais (Nota 18) e do ajuste a valor presente dos valores a receber da alienação dos investimentos (Notas 22-e-f-g). O prazo de Outras	a. Resultado com sorteios
andamento. 2013 2012 Alicación de investimento.	Variação da provisão para sorteios (14.197) (16.686) Despesas com títulos sorteados (158) (68) (14.355) (16.754)
Contri- Base do Contri- Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Nota 22-e)	b. Custos de aquisição 2013 2012 Corretagem. (60.631) (53.650)
COFINS 219.875 54.969 32.981 168.456 42.114 25.269 PIS 5.742 1.436 861 8.089 2.023 1.213 Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Nota 22-e) (212) (278)	Despesas de vendas (17.814) (19.007) Publicidade e propaganda (76.919) (73.429)
Processos trabalhistas a pagar . 3.467 867 520 2.539 635 381 From bloth de Veridas Etda. (Nota 22-9)	c. Outras receitas operacionais (155.364) (146.086) 2013 2012
presente (Notas 11 e 12) 60.777 15.194 9.116 104.113 26.028 15.617 12. Outros valores e bens 12. Outros valores e bens 2013 2012 2019	Receitas com prescrição de exigibilidades (Nota 17)
Provisão de honorários de éxito (Nota 18-f)	d. Despesas administrativas diversas 2013 2012
b. Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social A Empresa apurou o montante de R\$ 11.334 referente a prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	Encargos legais COFINS (Nota 18-a)
13. Investimentos	Outros processos administrativos (3.532) (1.057) Multas e infrações: Consolidação de débitos REFIS (Nota 18-g-ii) (4.237) –
Lider Art's Hotel RBV Residencial Bela Vista não destinados Comunicação Ltda. (a) Jequitimar Ltda. Empreendimentos Imobiliários Ltda. ao uso próprio (b) Outros 2013 2012 Capital social	Outras (459) (647) Despesas diversas (406) (91) (44.885) (1.867)
Patrimônio líquido 125 1.024 21.453 Lucro líquido do exercício 942 919 -	e. Despesas com tributos
Número de quotas possuídas	COFINS (7.909) (7.061) PIS (1.285) (1.154) Outros (728) (676)
Aquisição de investimentos (b)	(9.922) (8.891)
Saldo dos investimentos no final do exercício	Títulos de renda fixa
(a) A investida Lider Art's foi constituída em maio de 2011 com o objeitivo de prestação de serviços de colocação de comerciais em canais de televisão, principalmente para a Empresa. Em decorrência da irrelevância dos valores registrados nas demonstrações financeiras dessa controlada, não estão dus ogeral médio, localizado no Município de Osasco - SP, próximo à Rodovia Anhanguera. O imóvel	Juros sobre ativos financeiros avaliados ao valor presente 19.682 26.361 Apropriação de juros sobre AVP - Ajuste a valor presente 43.850 20.557 Atualização monetária de depósitos judiciais (Nota 18)
sendo apresentadas demonstrações consolidadas. Abaixo um resumo do balanço e da demonstração encontra-se parcialmente locado para a empresa ligada SS Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda com geração de receita anual estimada de R\$ 1.593.	Benefícios consolidação REFIS (Nota 18-g-ii) 5.177 Outras 556 1.687 114.826 96.807
Circulante 3.106 678 Circulante 2.986 116 Imóveis de uso próprio Bens Outras Totais Disponível 5 12 Contas a pagar 2.986 116 uso próprio móveis imobilizações 2013 2012	g. Despesas financeiras
Aplicações 3.083 428 Obrigações fiscais 613 105 Custo 18.901 5.462 1.252 25.615 25.340 Clientes - 91 Dividendos a pagar - 11 (-) Depreciação acumulada (12.693) (4.793) (136) (17.622) (17.490)	Atualização monetária das provisões técnicas de capitalização (Nota 17) (2.758) (6.226) Atualização monetária das provisões para contingências (Nota 18) (8.880) (8.657) Juros sobre parcelamento REFIS (Nota 18-g)
Títulos e créditos a receber - 146 Outras obrigações	Outras
e previdenciários — 146 Patrimônio líquido 125 567 Baixas/transferências — 244 (291) (47) (102) Outros créditos — 17 — Capital social — 100 100 (—) Depreciação — (245) (42) (287) (232) Despesas antecipadas — 1 — Reservas de lucros — 25 467 Baixas de depreciação — 45 — 45 101 Innoblizado — 1 — Saldos em 31 de dezembro de 2013 — Saldos em 31 de dezembro de 2013 — Custo — 18.901 5.858 1.061 25.820 25.615 — 25.820	Os encargos com imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estão assim demonstrados: 2013 2012
Intangível	Imposto Contribuição Imposto Contribuição de renda social de renda social
Demonstração de resultados 2013 2012 Salot Contabil Induito	Lucro contábil antes dos impostos e participações (-) Juros sobre o capital próprio
(-) Deduções sobre receita de serviços. (a) Deduções sobre receita de serviços. (b) Deduções sobre receita de serviços. (c) Deduções sobre receita de serviços. (d) Os montantes registrados na rubrica "Outras imobilizações" referem-se a benfeitorias em imóveis de terceiros e outras imobilizações em curso. (d) Deduções sobre receita de serviços. (d) Os montantes registrados na rubrica "Outras imobilizações" referem-se a benfeitorias em imóveis de terceiros e outras imobilizações em curso. (d) 15. Obrigações a pagar	(-) Participações
Despesas administrativas (134) (7) 2013 2012 Resultado financeiro 69 30 Fornecedores 11.169 8.693 Outros resultados operacionais (8) - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar - 7.463	Adições
Resultado operacional 1.379 335 Outras - 81 Imposto de renda (310) (62) 11.169 16.237	Provisão para contingências 56.315 56.315 16.846 16.846 Multas indedutíveis 3.719 3.719 186 186 Outras 1.794 1.794 1.763 1.763
Lucro líquido do exercício 943 243 2012 (b) Em 23 de outubro de 2013 a Empresa recebeu do acionista Silvio Santos Participações S.A., a Comissões sobre venda de títulos 7.247 5.542	Exclusões
título de dação em pagamento parcial de dívida descrita na Nota explicativa 22-f, um imóvel avaliado 7.247 17. Provisões técnicas	Reversão de provisão para contingências
As movimentações das provisões técnicas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 <mark>foram: Provisão Matemática para capitalização Para resgate Para sorteios a realizar Para sorteios a pagar Qutras (PDA) Total 2013 Total 2012</mark>	Lucro fiscal ante das compensações
Saldos no início do exercício 175.418 219.978 667 42.884 27.382 466.329 430.836 Constituição 178.508 - 30.816 - 6.926 216.250 229.538	de anos anteriores - - (619) Base de cálculo 50.314 50.314 47.350
Atualização monetária e juros	Tributos correntes (IR/CS)
Pagamento de resgates e sorteios (24) (131.807) - (12.616) - (144.447) (136.032) Prescrições	Créditos tributários s/prejuízo fiscal e diferenças temporárias 3.695 2.217 372 223 Tributos periodos anteriores (IR/CS) (87) — (2.340) (2.432) Total de tributos (8.615) (5.330) (13.500) (9.311)
Saldos no final do exercício 179.560 239.585 1.727 36.911 20.383 478.166 466.329 18. Provisões judiciais Provisões judiciais Depósitos judiciais	Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social 15,46% 9,66% 16,74% 10,32% No exercício de 2013 a Empresa optou por recolher o imposto de renda e a contribuição social pelo
Saldos em 01/01/2013 Adições Baixas monetária Saldos em 31/12/2013 Saldos em 31/12/2012 Saldos em 31/12/2012 Adições Baixas monetária Atualização saldos em 31/12/2013 Adições Baixas monetária Atualização saldos em 31/12/2013 Adições Baixas monetária Adições monetária	regime trimestral, apurando lucro tributável nos 3 primeiros trimestres e prejuízo fiscal no último trimestre no montante de R\$ 11.334, que será compensado com lucros tributáveis futuros. 22. Transações com partes relacionadas
COFINS (a)	<u>Direitos/(Obrigações)</u> Receitas/(Despesas) 2013 2012 2013 2012
Trabalhista (d) 2.539 1.013 (305) 220 3.467 405 384 (16) - 773 Cíveis (e) 2.065 6.696 (1.228) 65 7.598 468 - - - 468	TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A. (a-l)
Saldos em Atualização Atualização Saldos em	Despesas de comercialização (7.020) (6.665) (61.619) (58.432)
PIS (a)	Panamericano Prestadora de Serviços Ltda = 86 SS Com. Cosmet. Prod. Higiene Pessoal Ltda 265 - 265 - Perícia Adm. e Corr. Seq. e Prev. Priv. SC Ltda., 39 53 75 57
Contribuição social (c)	Promolider Promotora de Vendas Ltda
Total	TV Studios de Ribeirão Preto Ltda
Valor provável do desembolso futuro de caixa Contingências Fiscais (*)	Silvio Santos Participações S.A
Trabalhistas 3.467 2.539 liminar para impedir o Município de efetuar qualquer medida visando à cobrança do débito. Cíveis 7.598 2.065 Os advogados entendem que o mandado de segurança será julgado procedente. Com base nessa	BF Utilidades Domésticas Ltda Outros créditos 3 3 Silvio Santos Participações S.A. (g)
Classificação de risco das ações judiciais por conta dos referidos autos de infração. Sob a mesma argumentação, foram registrados honorários 2013 2012 por conta dos referidos autos de infração. Sob a mesma argumentação, foram registrados honorários de êxito no montante de R\$ 3.897 (R\$ 1.768 em 31 de dezembro de 2012), registrado na rubrica	Outros créditos a receber - Não circulante 11.241 17.192 1.146 1.501 Silvio Santos Participações S.A
Contingências Provável Possível Fiscais (*) Provável Fiscais (*) Possível Fiscais (*) Remota 234.209 Remota 200.005 Remota 200.005 Total 500.005 Possível Possível Remota 200.005 Total 700.005 Programa de anistia fiscal (Lei n° 11.941/09 e Lei n° 12.865/13) Considerando os termos e vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo	AVP - Ajuste a valor présente - CPC 12
Cíveis	Dividendos a receber
êxito uma vez que são consideradas como obrigações fiscais. sendo os principais relacionados à contribuição social (isonomia de alíquota), dedutibilidade da contribuição social na base de cálculo do imposto de renda e outros processos administrativos.	Juros sobre o capital próprio e dividendos - (7.017) - - Silvio Santos Participações S.A - (1) - - SS Com. de Cosméticos e Prod. Hig. Pessoal - (1) - -
A Empresa discute a exigibilidade da contribuição para o PIS e COFINS nos termos das Emendas i. Constitucionais - EC nºs 01/94, 10/96, 17/97 e Lei 9.718/98, as quais alteraram a base de cálculo e alíquota que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e cuja solução encontra-se pendente 35.604	Ltda
de julgamento no Supremo Tribunal Federal. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ao julgar processos com causa de pedidos similares, de julgamento do Supremo Tribunal Federal, ao julgar processos com causa de pedidos similares, Subtotal. 66.719 Subtotal. (-) Bedução de juros e multa (12.615)	 a. Despesas de Comercialização: As despesas que estao registradas neste grupo sao decorrentes de: (i) Custos por veiculação publicitária, propaganda e divulgação dos títulos de capitalização
sendo inconstitucional a cobranca sobre as demais receitas. Os valores não recolhidos a título de Valor total dos débitos consolidados	que comercializa; (ii) Contrato de cessão de direito de imagem e voz, com o objetivo de promoção de campanhas publicitárias de seus produtos.
COFINS, acrescidos de atualização pela variação da taxa SELIC, no montante de R\$ 183.742 (R\$ 168.457 em 31 de dezembro de 2012) e a provisão para encargos legais de R\$ 36.133, estão provisionados até o trânsito em julgado da sentença. A partir de junho de 2009, com fundamento na Lei nº 11.941, de 27/05/2009, art. 79, inc. XII, foi revogado o dispositivo que exigia as Total de débitos contingenciados. Principal Juros Multa Total Diferença de alíquota CSLL 7.856 13.078 20.3179 20.	b. Despesas com serviços de terceiros: refere-se ao rateio de serviços contábeis, financeiros, de suporte administrativo e de processamento de dados que foi manitido com a empresa GSS - Centro de Serviços Compartilhados Ltda. ("CSC") até abril de 2011, A partir de maio de 2011, com a
contribuições sobre receitas diversas do conceito de faturamento. Assim sendo, a partir de maio de 2009 a Empresa provisiona tão somente as contribuições incidentes sobre as receitas provenientes da atividade empresarial. A Empresa não efetua os recolhimentos mensais a título de COFINS, de debitos não contingenciados 9.810 8.806 6.189 24.805 8enefícios - redução de multa e juros 9.810 (8.901) (3.714) (12.615) Total de débitos não contingenciados 9.810 (95) 2.475 12.190	descontinuidade do CSC, foi estabelecido um contrato de rateio destas despesas com o SBT, que absorveu as atividades do CSC. Os valores decorrentes dessas operações estão classificados na
no entanto apura mensalmente os valores relativos ao tributo a tim de constituir provisao relativa as contingências tributárias. Em caso de desfecho desfavorável a Empresa poderá estar sujeita à multa contingências tributárias. Em caso de desfecho desfavorável a Empresa poderá estar sujeita à multa A Empresa aderiu ao parcelamento em 23 de novembro de 2009, pelo prazo de 180 meses.	rubrica "Obrigações a pagar", os quais estão pendentes de pagamento e correspondem a parcelas ainda não vencidas, com observância dos prazos usuais. c. Receitas/(despesas) de aluguel - A Empresa mantém contratos de aluguel de imóveis com
classificam a probabilidade que a referida multa e encargos legais venham a ser efetivamente devidos como "Possível". devidos como "Possível". decorrentes do parcelamento, encontram-se registrados à rubrica "Débitos diversos" conforme	empresas ligadas e outras partes relacionadas e foram registrados na rubrica "Receita com imóveis de renda", o saldo pendente de recebimento está registrado na rubrica "Títulos e créditos a receber". A Empresa mantém filial em imóvel de empresas ligadas e outras partes relacionadas e foram
Em tace da existencia de voto tavoravel do relator do acordao, a Empresa impetrou embargos infringentes, que deverão ser acolhidos com efeito suspensivo e que medida cautelar, requerendo os mesmos efeitos também já foi impetrada, aguardando manifestação do juiz relator. Outrossim,	registrada na rubrica "Aluguel de imóveis", o saldo pendente de pagamento está registrado na rubrica "Outras contas a pagar". d. Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui
com a publicação da Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013, que em seu artigo 2º alterou o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, acrescentando o item IV para definição de receita Parcelas antecipadas	conselheiros e diretores e os valores pagos a título de pró-labore montam R\$ 1.763 (R\$ 1.668 em 31 de dezembro de 2012).
Transite perante o Supremo indunal receral. Juros (Nota 20-g)	e. Em 4 de maio de 2009, os investimentos anteriormente mantidos na Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. foram alienados à BF Utilidades Domésticas Ltda., pelo seu valor contábil, no montante total de R\$ 23.814, para pagamento em parcelas mensais e consecutivas,
pagamento ou garantia da execução a tecentral de sua receita futura e até a eventual possibilidade de sua	reajustadas pelo índice de preços ao consumidor amplo (IPCA). O saldo remanescente de R\$ 17.527 em 04 de maio de 2013, foi repactuado para pagamento em 24 parcelas, atualizadas pelo índice qeral de precos do mercado (IGPM), calculadas no modelo de SAC - Sistema de Amortização
se dará em outubro de 2020 (Nota 22-f). b. Imposto de renda ii. Demonstrativo de consolidação de débitos - REFIS Lei nº 12.865/13 Valor principal dos débitos consolidados	Constante, e encontra-se registrado na rubrica "Outros valores e bens", no longo prazo, conforme demonstrado abaixo:
Refere-se à dedutibilidade da contribuição social na base do imposto de renda no período de maio de 2000 a fevereiro de 2007. A administração da Empresa reavallou juntamente com seus Multa	Saldo no início do exercício 2013/12 17.086/12 16.022/12 943 Atualização monetária 1.022/19 943 Pagamentos (7.096)/19 —
Considerando os termos e vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, através da Lei nº 12.865 de 2013 com as alterações dadas pela Medida Provisória Valor total dos débitos consolidados	Pagamentos
nº 627 de 11 de novembro de 2013, a administração da Empresa decidiu aderir ao referido programa com a consequente desistência do processo (Nota 18-g). C. Contribuição social Dedutibilidade CSLL na base do IRPJ	a repactuação da dívida, a Administração da Empresa registrou, em maio de 2013, o montante de R\$ 514 a título de ajuste a valor presente (AVP). O AVP foi calculado para reconhecer a
A Empresa discute a majoração da alíquota da contribuição social (Lei 11.727/2008). O processo tramita na 4º Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, com probabilidade "possível", e a diference entre a alíquota de 9º nara 15º nermanece provisionada son o conceito de obrigação.	nova medição do ativo, e utilizou-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IGPM (anteriormente IPCA) até a data de vencimento. Este registro reduziu o saldo da rubrica "Outros creditos operacionais" de longo prazo, conforme
legal. Os valores decorrentes desta obrigação encontram-se depositados judicialmente. d. Trabalhista consolidado é atualizado pela taxa SELIC. Os saldos a recolher, decorrentes do parcelamento, encontram-se registrados à rubrica "Débitos diversos" conforme demonstrado abaixo:	demonstrado a seguir: 2013 2012 Valor do contas a receber (Nota 11)
oriundas do extinto contrato de trabalho. Os processos trabalhistas encontram-se provisionados na Total de débitas consolidades do PEFIS Total de débitas consolidades do PEFIS	(-) AVP - Ajuste a valor presente - CPC-12 (Nota 11)
rubrica "Provisoes judiciais" classificadas com a probabilidade provavel, cujos processos sao avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos. e. Cíveis A Empresa possui registros de processos judiciais cíveis que se encontram em diversas instâncias, A Empresa possui registros de processos judiciais cíveis que se encontram em diversas instâncias, Circulante	Foram registrados tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 85 (R\$ 111 em 31 de dezembro de 2012). f. Em 17 de novembro de 2010, a Empresa alienou à Silvio Santos Participações S.A. o total de
A Empresa possui registros de processos judiciais cíveis que se encontram em diversas instâncias, Circulante	60.983.906 ações dos investimentos anteriormente mantidos no Banco Panamericano S.A.,

17.357 1.170 16.187 17.357

a. Capital social
 O Capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 308.840 ações ordinárias

o capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 308.840 ações ordiná nominativas, no valor nominal de R\$ 885,00 cada ação, totalizando o montante de R\$ 273.323.

b. Dividendos Dividendos Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual após as deduções legais, conforme estabelecido no estatuto social. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de

Circulante Não circulante. 19. Patrimônio líquido (R\$111 em 31 de dezembro de 2012), a Empresa alienou à Silvio Santos Participações S.A. o total de 60.983.906 ações dos investimentos anteriormente mantidos no Banco Panamericano S.A., pelo montante de R\$ 305.529 (R\$ 5,01 por ação) com vencimento para liquidação em 16 de novembro de 2020 atualizado pela variação do IGP/M - Índice Geral de Preços para Mercado. Em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Empresa, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente registrou o montante de R\$ 126.569 a título de ajuste a valor presente (AVI) de sebre a mestante procedor de programa de professor

valor presente (AVP) sobre o montante a receber decorrente da referida venda, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações assinado em 17 de novembro de 2010. O AVP foi calculado para reconhecer a nova medição do ativo, anteriormente registrado pelo seu valor de face e utilizou-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IGPM até a data de vencimento.







CNPJ nº 60.853.264/0001-10 Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

Em 23 de outubro de 2013 a Silvio Santos Participações S.A. amortizou parte da dívida com dação de imóvel no montante de R\$ 68.030 (Nota 13). O saldo remanescente, de R\$ 298.039 com vencimento para liquidação em 23 de outubro de 2020 é atualizado pela variação do IGP/M - Índice Geral de Preços para Mercado, conforme aditivo contratual. Em função desta amortização a Administração da Empresa, procedeu à revisão do cálculo do Ajuste a Valor Presente utilizando as taxas de CDI e IGPM projetadas a partir de outubro de 2013. Este registro reduziu o saldo da rubrica "Outros valores e bens" de longo prazo, conforme

	2013	2012	
Valor do contas a receber (Nota 12)	301.362	350.768	
(-) AVP - Ajuste a valor presente - CPC-12 (Nota 12)	(60.305)	(103.554)	
Valor do conta a receber ajustado ao valor presente	241.057	247.214	
Foram registrados tributos diferidos de imposto de renda e contribuição R $\$$ 24.122 (R $\$$ 41.422 em 31 de dezembro de 2012).	social no n	nontante de	

g. Em 29 de dezembro de 2010, foi alienado à Silvio Santos Participações S.A. o total de 989 quotas sociais dos investimentos mantidos na Promolider Promotora de Vendas Ltda. pelo montante de R\$ 584 para pagamento em 27 de dezembro de 2022 atualizado pela variação do IGP/M - Índice

AS 584 para pagamento em 27 de dezembro de 2022 atualizado pela variação do IGP/M - Indice Geral de Preços para Mercado.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Administração da Empresa registrou o montante de R\$ 281 a título de ajuste a valor presente (AVP). O AVP foi calculado para reconhecer a nova medição do ativo, anteriormente registrado pelo seu valor de face e utilizou-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IPCA até a data de vencimento. Este registro reduziu o saldo da rubrica "Outros créditos operacionais" de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

	2013	2012	
Valor do contas a receber (Nota 11)	698	662	
(-) AVP - Ajuste a valor presente - CPC-12 (Nota 11)	(260)	(281)	
Valor do conta a receber ajustado ao valor presente	438	381	
Foram registrados tributos diferidos de imposto de renda e contribuição s	ocial no m	ontante de	

23. Plano de aposentadoria complementar
A Empresa é copatrocinadora do Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão (administrado pela MetLife A Empresa é copatrocinadora do Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão (administrado pela MetLife Administradora de Fundos Multipatrocinados Ltda.), entidade fechada de previdência privada constituída sob a forma de sociedade civil. Os planos concedem a todos os empregados que atenderem às condições de elegibilidade estabelecidas nos regulamentos, benefícios suplementares aos da previdência social. O plano está estruturado na modalidade de "Contribuição definida", e o regime atuarial adotado é de capitalização financeira. As contribuições da Empresa correspondem a 5% do "salário de participação" definido no Regulamento do Plano e a 100% da contribuição básica efetuada pelos participantes. A Empresa participa também com contribuições especiais, segundo fórmula de cálculo estabelecida no Regulamento, e a seu exclusivo critério, com contribuições extraordinárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as contribuições pagas ao fundo totalizaram R\$ 782 (R\$ 745 em 31 de dezembro de 2012).

24. Gestão de risco

24. destao de risco
a. Filosofía de gestão corporativa
A gestão corporativa do Grupo Silvio Santos pauta-se por iniciativas que refletem solidez e rentabilidade. Neste contexto, cabe mencionar a existência de comitês de gestão que estão em linha com as melhores práticas de mercado, a saber:
(1) Conselho de direção, compete zelar pelos interesses dos acionistas, decidir sobre os planos

estratégicos de investimentos, empreendimentos, orçamentos, objetivos gerais e sociais das empresas e, ainda, aprovar as estratégias de atuação do Grupo Silvio Santos.

(2) Comité financeiro, formula e define as principais estratégias e assuntos financeiros do grupo e de suas empresas, propondo e padronizando a consolidação das políticas e práticas relacionadas com controles financeiros.

(3) Comité de tecnologia da informação, é o ente responsável pela atualização e manutenção das políticas de Ternologia da Informação, é o grupo de forma a garantir a eficácia operações de la considera de la conside

políticas de Tecnologia da Informação do <mark>grupo, de forma a garantir a e</mark>ficácia oper<mark>acional</mark>

 b. Procedimentos de prevenção
 É de responsabilidade de todos os funcionários e colaboradores tomar conhecimento do Código de Conduta Etica do Grupo e do Termo de Resposabilidade sobre o uso de recursos Corporativos de Tecnologia da Informação, além de evitar situação que implique ou possa ser interpretada como pernológia da informação, alem de evitar situação que impirque ou possa ser interpretada como prejuízo à organização e suas empresas, e, por consequência, a si próprio. O funcionário ou colaborador deve comunicar imediatamente, aos supervisores ou ao Comitê Interno de Ética, quaisquer situações ou transações que esteja ou possa estar relacionada ao risco de fraude. Além das responsabilidades comuns a todos os funcionários, compete ainda aos profissionais em cargos de comando e/ou assessoria, dar conhecimento ao Código de Conduta Ética e do Termo de Resposabilidade sobre o uso de recursos Corporativos de Tecnologia da Informação a todos os funcionários e colaboradores sob sua responsabilidade. Respeitar e praticar, de forma inequívoca, precisiva de hoas ráticas hem como crienter seu grupo de trabalha a manter o mais alto padrão.

os preceitos de boas práticas, bem como orientar seu grupo de tra<mark>balho a manter o m</mark>ais alto padrã<mark>o</mark>

os precentos de boas praticas, bem como orientar seu grupo de trabalno a manter o mais ano padrad de comportamento ético.

É de responsabilidade ainda dos gestores em cargos de comando, desenvolver um ambiente de trabalho que estimule um diálogo franco, principalmente em relação a conflitos de interesse e posturas éticas. Deverá ainda analisar as situações de conflito de interesse identificadas, situações de suspeitas de fraudes e encaminhá-las para o departamento de Recursos Humanos, que por sua vez, as direcionará ao Comitê Interno de Ética.

Lavagem de dinheiro

A Circular nº 445/12 da SUSEP dispõe sobre os controles internos específicos com o objetivo de prevenir e combater os crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, ou os crimes que com eles possam se relacionar, acompanhar as operações realizadas e as propostas de operações com pessoas políticamente expostas, bem como prevenir e coibir o financiamento ao terrorismo, contidos na Lei 9.613/98. A Empresa observa rigorosamente tais preceitos ao definir, como uma de suas políticas básicas, o conhecimento de seus clientes, mantendo atualizadas suas informações cadastrais. Ao mesmo tempo, determina procedimentos internos que visam coibir: a) a compra ou venda de ativos por preço significativamente inferior ou superior ao de mercado; b) a mudança repentina ou aparentemente injustificada na forma de movimentação de recursos e nos tipos de transações utilizadas; c) operações ou propostas de operações com vínculo direto ou indireto, realizada por pessoa estrangeira que seja residente, domiciliada ou tenha sede em região considerada paraiso fiscal ou em locais onde é observada a prática contumaz de crimes tiplificados pela Lei 9,613/98. Operações suspeitas são comunicadas ao COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras no prazo de 24 horas contadas de sua verificação, conforme circular específica. Operações suspeitas são as que podem configurar indicio de ocorrência dos crimes previstos na Lei 90 6 f3/38. As comunicações des purparias e suspeita e da lavaçem de dipheiro e são realizadas por

o 9.613/98. As comunicações das operações suspeitas de lavagem de dinheiro são realizadas por meio do sítio do COAF, sem que seja dada ciência aos envolvidos. As comunicações de boa fé, conforme previsto no § 2º do art. 11, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, não acarretarão responsabilidade civil, penal ou administrativa às sociedades de capitalização, seus controladores, administradores e empregados.
Considerando o produto Tele Sena de baixo valor unitário e que é distribuído de forma pulverizada ma tod servitório paciçonal não verificamos o risco de lavagem de disheiro, porém a administração.

Considerando o produto Tele Sena de baixo valor unitário e que é distribuido de forma pulverizada em todo território nacional, não verificamos o risco de lavagem de dinheiro, porém a administração adota em resposta aos requerimentos da Circular SUSEP nº 249, a implantação e implementação do sistema de controles internos. O ambiente de controle, sua adequação e efetividade são avaliados pelos agentes de *compliance*, mediante a apreciação dos seus respectivos processos e atividades, resultando na avaliação e na adoção de planos para melhoria dos controles identificados com algum tipo de ineficiência, fragilidade e/ou inexistência.

Gestores e colaboradores devem se certificar da capacidade financeira e da origem dos recursos de cua cliente e parçeiras contrativas en acres e completos de recurso de contrativa de contra

seus clientes e parceiros comerciais, contribuindo assim para o combate à lavagem de dinheiro,

ocultação de bens, direitos ou valores de origem ilícita.
Periodicamente são promovidos treinamentos específicos sobre monitoração, identificação e comunicação de operações que possam caracterizar indício de Lavagem de Dinheiro, bem como Prevenção a Fraudes.

d. Riscos técnicos e atuariais

A estrutura de gestão técnica dos produtos é realizada pela própria empresa. Os trabalhos atuariais são realizados por uma empresa contratada para este fim. De acordo com a Circular SUSEP nº 272/04, o parecer do Atuário informa que as provisões técnicas estão adequadamente constituídas, sendo os ativos garantidores superiores às necessidades requeridas.

O produto título de capitalização não demanda a modalidade de resseguro para sua operacionalização.

e. Riscos financeiros

A política operacional de gerenciamento financeiro é definida pelo Comitê Financeiro. A empresa utiliza-se da ferramenta específica e de serviços de consultoria econômica para avaliação de cenários. A administração dos recursos financeiros, oriundos dos investidores em títulos de capitalização, é exposta a diversos riscos cujas ações internas procuramos eliminar ou minimizar, dentro de posturas conservadoras, preservando a segurança e liquidez dos ativos, com baixa exposição a estes riscos As aplicações financeiras são alocadas de modo a atender os requisitos acima, e enquadrados dentro das normas exigidas pelos órgãos competentes. Riscos operacionais

A avaliação e monitoramento dos riscos operacionais e dos controles internos são geridos pela área de Controles Internos, ligada à Diretoria Administrativo-Financeira. Esta tem por objetivo impulsionar a cultura de controles em busca de ações voltadas para a conformidade. Responde por verificações periódicas junto às várias áreas da Empresa, tendo por resultado empreender ações no sentido de esclarecer e regularizar eventuais não conformidades, observando o atendimento à Circular SUSEF

nº 249/04 e suas alterações. Para tanto, é periodicamente elaborado o relatório do Sistema de Auto Avaliação de Controles Internos e de Avaliação dos Riscos de Controles Internos (Gestão

Conforme disposto na Circular SUSEP nº 249/04, o resultado do acompanhamento sistemático dos controles internos é submetido à Diretoria, com uma periodicidade mínima semestral, e seus resultados são formalizados em relatórios específicos e arquivados na área de Controles Internos da empresa, desta forma a adoção deste mecanismo propicia o aprimoramento da gestão de riscos. Para sua atuação, segue, normalmente, os seguintes normativos internos e externos: a) as normas legais dos organismos reguladores; b) princípios de segregação de funções; c) princípios éticos e normas de conduta; d) regulamentos, normas e procedimentos internos; e) sistema de informações, planos de contingência; f) processos de prevenção à lavagem de dinheiro e g) processo de prevenção à fraude. Além destes fatores, são administrados os relacionamentos com a fiscalização, os auditores internos e externos e as relações com associações de classe.

A Empresa está implementando o seu Plano de Continuidade de Negócios (contingência operacional) que é um documento onde estão definidas as responsabilidades estabelecidas na organização para atender a uma emergência, contém também informações delahas sobre as características das áreas e sistemas envolvidos. É um documento desenvolvido com o intuito de treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas de

combate às ocorrências anormais.

A possibilidade de perda devido à inadimplência do tomador dos recursos é minimizada evitando concentração de valores numa única instituição, bem como seguindo análises de riscos corporativos e agências de *rating*. Entendendo títulos emitidos pelo Governo Federal como Risco Soberano e com classificação de baixo risco de crédito, há grande concentração no portfólio da carteira, sempre com parâmetro interno de mínimo 50% (cinquenta por cento) do total aplicado. Títulos Privados, preferencialmente em Certificados de Depósitos Bancários, são aplicados,

principalmente, com prazo inferior a 90 (noventa) dias, visando buscar o equilibrio entre liquidez e minimizar o risco de crédito.

h. Risco de mercado

A Empresa atua exclusivamente no segmento de renda fixa. Não atua diretamente no segmento de renda variável, moedas e índices de preços, por entender que a volatilidade destes mercados, possa afetar a liquidez e a previsibilidade dos ganhos financeiros, além de não ser referência de correção das reservas matemáticas. Tal conceito leva em conta a configuração do nosso principal produto Tele Sena, que tem como principal característica a capitalização por um ano, e correção pós-fixada nela Sena, que tem como principal característica a capitalização por um ano, e correção pos-tixada pela TR e juros anuais. Não atuamos diretamente no mercado de derivativos, e os eventualmente constantes na posição,

são definidos pelos gestores de fundos exclusivos de investimento, com objetivo de trocar posições pré-fixadas para pós-fixadas, mantendo a diretriz principal estabelecida pela Empresa.

No âmbito da gestão de risco de mercado, a Empresa adota modelo interno baseado no VAR - Value at Risk, amplamente aceito e difundido pelo mercado. Embora aplicado a carteiras

complexas, pois leva em consideração os efeitos de alavancagem e diversificação, o que não é o caso da carteira da Empresa, entendemos ser o melhor instrumento para apuração de possíveis perdas pelas oscilações dos preços dos ativos, além de ser comparável com performances de fundos abertos do mercado financeiro. A Empresa adota dois intervalos de confiança na mensuração do VAR, um de 99% de intervalo para

atender exigência de órgão regulador, e um de 95% de intervalo, para atender exigência de órgão regulador, e um de 95% de intervalo, o mais utilizado pelos gestores do mercado financeiro. A escolha do nível de confiança é questão de convenção, já que os intervalos VAR resultantes são de qualquer forma comparáveis entre si, considerando o número de dias de parada provider.

Considerando ainda que o benchmark da Empresa é o CDI - Certificado de Depósito Interbancário, e que toda a exposição do portfólio, seja direta ou indiretamente atrelado a este índice, que mesmo em cenários de stress, a carteira tenha um desempenho muito perto dos 100%

Periodo	Carteira	CDI	<u>% CDI</u>	VAR Diário*			
jan-13	0,5842%	0,5867%	99,57%	0,0019%			
fev-13	0,4774%	0,4816%	99,12%	0,0014%			
mar-13	0,5334%	0,5377%	99,20%	0,0010%			
abr-13	0,5953%	0,6008%	99,07%	0,0006%			
mai-13	0,5797%	0,5849%	99,12%	0,0008%			
jun-13	0,5873%	0,5919%	99,21%	0,0017%			
jul-13	0,7037%	0,7088%	99,29%	0,0026%			
ago-13	0,6907%	0,6958%	99,27%	0,0031%			
set-13	0,6962%	0,6991%	99,57%	0,0036%			
out-13	0,7908%	0,8034%	98,44%	0,0038%			
nov-13	0,7013%	0,7105%	98,71%	0,0034%			
dez-13	0,7731%	0,7804%	99,07%	0,0036%			
(*) VAR intervalo de confiança de 95% na média móvel de 252 dias úteis.							
O mapeamento do risco pela VAR é realizado em 4 janelas móveis de 21, 63, 126 e 252 dias úteis,							
medindo eventual superando do limite do VAR (back test), além de simular uma runtura da carteira							

baseada em remabilidade do pior retorno dos per	ilodos arians	ados.		
Mapeamento de risco	Mensal	Trimestral	Semestral A	nual
<u>Janelas</u>	(21 du)	(63 du)	(126 du) (25)	<u>2 du)</u>
VAR 95% de confiança	0,0000%	0,0019%	0,0036% 0,00	59%
Stress histórico do período	0,0016%	0,0023%	0,0038% 0,00	89%
VAR pela % mínima real	_0,0007%	0,0027%	0,0032% 0,00	32%
Fechamento pela VAR	95,43%	95,07%	94,85% 94	50%
Fechamento stress histórico	95,24%	95,03%	94,82% 94	19%
Fechamento pela mínima	95,36%	94,99%	94,91% 94	89%
VAR em R\$	252	11.185	20.721 33	3.983
Máxima do período	99,37%	101,55%	106,69% 106	69%
Mediana	99,12%	98,96%	99,37% 99	29%
Média	99,07%	98,74%		14%
Os valores apurados como perda estimada sã	o imateriais	considerando	o valor da ca	rteira.

Em rentabilidade, no pior cenário, a carteira pode rodar entre 94,2% a 95,4% do CDI que consideramos um patamar mais adequado visto que a proposta é estar próximo dos 100% do índice. Em paralelo, mas com o mesmo conceito de apuração do risco da carteira, a Empresa mantém contrato de prestação de serviços com empresa especializada em avaliação de risco da carteira, com os mesmos conceitos internos de apuração, agregando ainda a performance da Empresa comparando com o mercado, além de informações relevantes na avaliação de crédito do portfólio.

A opção de não manter nenhum título público até o vencimento, e títulos privados, preferencialmente, em até 90 (noventa dias), são as principais medidas para o gerenciamento da liquidez, muito acima da exigibilidade do prazo médio de pagamento das reservas técnicas.

da explinidade de prazo mento de pagamento des reservas reservas eterlicas.

E compromisso da Empresa, seja qual for o cenário macroeconômico vigente, que o investidor do título tenha o seu resgate garantido, dentro dos prazos e correções estabelecidas nos títulos.

Liquidez Vencimento % Critério % Critério

	Liquidez	vencimento	% Criterio	% Criterio
<u>Vencimentos</u>	"Duration" 0 dias	"Duration" 0 dias	liquidez	vencimento
Sem vencimento	554.541	554.541	95,48%	95,48%
De 1 a 30 dias	26.242	26.242	4,52%	4,52%
De 31 a 60 dias	_	_	0,00%	0,00%
De 61 a 90 dias	_	_	0,00%	0,00%
De 91 a 180 dias	_	_	0,00%	0,00%
De 181 a 365 dias	_	_	0,00%	0,00%
De 366 a 720 dias	_	_	0,00%	0,00%
Acima de 720 dias			0,00%	0,00%
Total	580.783	580.783	100,00%	100,00%
O duration da carteira no crit	ério de liquidez é de 0	dias (0,27 ponderad	o), com 1009	6 dos recursos
disponíveis em até 30 dias, re	fletindo o conservado	rismo da Empresa vis	to que seu pr	incipal produto

terri caracteristicas de alta riquidez e com reserva matematica com duration de ob dias.							
Liquidez da carteira	Carteira	Provisão matemática	% V carteira	% V reserva			
Sem vencimento	554.541	278.225	95,48%	58,20%			
De 1 a 30 dias	26.242	15.563	4,52%	3,25%			
De 31 a 60 dias	_	14.589	0,00%	3,05%			
De 61 a 90 dias	_	14.929	0,00%	3,12%			
De 91 a 180 dias	_	54.374	0,00%	11,37%			
De 181 a 365 dias	_	100.486	0,00%	21,01%			
De 366 a 720 dias	_	_	0,00%	0,00%			
Acima de 720 dias			0,00%	0,00%			
Total	580.783	478.166	100,00%	100,00%			
A liquidez da carteira de investimentos proporciona, com excelente margem de segurança, o pagamento integral da reserva matemática, dentro de prazos e condições estabelecidas nos títulos							

e seguindo a legislação em vigor. A Empresa mantém seu conservadorismo na exposição ao risco de crédito, mantendo a carteira exclusivamente em títulos públicos federais, e pequena parcela em CDB's em banco federal

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de rating AAA uma vez que as melhores práticas das agências classificadoras de risco, consideram risco sobe O rating dos títulos "Renda fixa privado" é composto exclusivamente por CDB's da Caixa Econômica Federal, que estão vinculados aos rating soberanos, pois as agências classificadoras de risco

esperam suporte do governo federal em caso de necessidade. Ativo financeiro

A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Empresa classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

		Vencidos		A vencer		
	Sem					
	vencimento definido	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos financeiros			40 1 4110		40 1 4110	
Caixa e equivalentes de caixa	105	_	_	_	_	105
Aplicações	47.982	_	_	532.801	_	580.783
Créditos das operações						
de capitalização	_	243	_	47.168	_	47.411
Títulos e créditos a receber	_	48	_	6.877	_	6.925
Créditos tributários						
e previdenciários	127.499	_	_	_	_	127.499
Depósitos judiciais e fiscais	20.022	_	_	_	_	20.022
Outros créditos	_	_	41	398	_	439
Outros créditos operacionais	3	_	_	_	11.238	11.241
Despesas antecipadas	_	_	_	2.217	_	2.217
Outros valores e bens	_	_	_	-	241.057	241.057
Total dos ativos financeiros	195.611	291	41	589.461	252.295	1.037.699
Passivos financeiros						
Contas a pagar						
Obrigações a pagar	_	_	_	11.169	_	11.169
Impostos e encargos						
sociais a recolher	-	_	_	3.135	_	3.135
Encargos trabalhistas	_	_	_	1.632	_	1.632
Impostos e contribuições	_	_	_	46	_	46
Outras contas a pagar	_	_	6	70	_	76
Tributos diferidos	1.374	_	_	_	_	1.374
Débitos com operações						
de capitalização	-	_	_	7.247	_	7.247
Depósitos de terceiros	1	_	_	_	_	1
Provisões técnicas	20.383	10.328	266.169	181.286	_	478.166
Provisões judiciais	245.274	_	_	-	_	245.274
Débitos diversos	3.897			5.202	55.838	64.937
Total dos passivos financeiros	270.929	10.328	266.175	209.787	55.838	813.057
Risco operacional						

Total dos passivos infanceiros 2005 de 100 d

Risco legal

Decorre do potencial questionamento jurídico da execução dos contratos, processos judiciais ou sentenças contrárias ou adversas àquelas esperadas pela Empresa e que possam causar perdas ou perturbações significativas que afetem negativamente os processos operacionais e/ou a organização

da Empresa. O monitoramento destes riscos fica a cargo do Departamento Jurídico em conjunto com assessores externos.

Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital

O patrimônio líquido ajustado (PLA) é calculado de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CNSP nº 222/10. A Empresa apura o Capital Mínimo Requerido - CMR de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CNSP nº 282/13, apresentando suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado. Despesas antecipadas (2.217)Ativos intangíveis.... (45) (7) **57.354** Património líquido ajustado
Capital base.
Capital de risco.
Capital de risco.
Capital de risco.

(*) Por requerimento do órgão regulador, o contas a receber oriundo da venda de investimentos, no Banco Panamericano S.A., foi considerado como redutor no cálculo do PLA.

Suficiência de capital (R\$).... Sufici<mark>ênc</mark>ia de capital (%)

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por apólice de multi risco empresarial. O limite máximo de cobertura (básica, lucros cessantes e responsabilidade civil) é de R\$ 22.000 (R\$ 14.540 em 31 de dezembro de 2012). As principais coberturas são: Importância

segurada

Endereços segurados
Rua Jaceguai, 400 e 402 - São Paulo - SP...
Av. Marechal Câmara, 160 - 9º andar - Rio de Janeiro - RJ....
Av. das Comunicações, 927 - Osasco - SP...
Av. Brig. Luis Antônio, 580 Subsolo - São Paulo - SP...
Rua Marcos Markarian, 1.025 - Sala 902 - Ribeirão Preto - SP.
Av. Tancredo Neves, 3.343 - Salvador - BA....
Rua General Joaquim Inácio, 412 - Sala 401 - Recife - PE. **Garantias contratadas** Incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça. 17.000 Responsabilidade civil operações Lucros cessantes em decorrência de: Danos elétricos.... Incêndio, raio, explosão, implosão e fumaca... Vendaval, furação, ciclone, tornado, granizo, impacto veículos e queda de aeronave Equipamentos estacionários ...
Danos elétricos...
Desmoronamento Demais riscos. 26. Normas emitidas e ainda não adotadas

IFRS 9 - Instrumentos financeiros - emitido em novembro de 2009, é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma será aplicável a partir de 1° de janeiro de 2015 e a adocão antecipada o aprovação pela SUSEP

Resolução CNSP nº 300 - emitida em 16 de dezembro de 2013, institui regras para cálculo do patrimônio líquido ajustado - PLA, revoga a Resolução CNSP nº 222/10. Entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014. Resolução CNSP nº 302 - emitida em 16 de dezembro de 2013, dispõe sobre o capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência, revoga

a Resolução CNSP nº 282/13. Entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014. . Outros assuntos

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627") e Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela Instrução Normativa nº 1.422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397"). Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irretratável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração não tem a intenção de efetuar a opção pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da MP 627 e da IN 1397 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

pela Sociedade, no que tange a coerência e ordem de grandeza dos números, e serviram de base para

Diretores da Liderança Capitalização S.A. Em cumprimento ao disposto na Circular SUSEP nº 272 de 22/10/04, procedemos à Avaliação Atuarial da Liderança Capitalização S.A. para o período base de janeiro a dezembro de 2013. Nosso trabalho foi fundamentado nas informações fornecidas pela Sociedade em quadros estatísticos que constam anexo ao relatório da Avaliação Átuarial.

Á análise das informações foi procedida após crítica, consistência e consolidação dos dados enviados

DIRETORIA

nossa conclusão com relação à situação atuarial em 31 de dezembro de 2013. A avaliação se centrou na análise e comentários sobre as informações do produto Tele Sena, que atu-almente é o único comercializado pela Sociedade e suas Provisões Técnicas representam 100% do total desta rubrica consignado no Balanço Patrimonial. Quanto aos parâmetros fixados nas Notas Técnicas Atuariais, em particular os referentes à capitaliza-

ção e aos sorteios e em consequência os carregamentos (comercialização e administração), verificamos que são consoantes com a prática das operações pela Sociedade.

Portanto, pela análise procedida, as Provisões Técnicas estão adequadamente constituídas, sendo os ativos garantidores 21,46% superiores às necessidades de cobertura das provisões em 31 de dezembro de 2013, levando-nos a concluir que a Sociedade é **superavitária**.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2014

CONTADOR

Heitor Coelho Borges Rigueira Atuário - Registro MTb nº 380 - MIBA

Henrique Abravanel

ATUÁRIO

Heitor Coelho Borges Rigueira Atuário - Reg. MTb nº 380 - MIBA José Maria Corsi Agnaldo de Leonardo CRC SP-136994/O-0 Lourivaldo Tadeu de Souza Lima

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Administradores e aos Acionistas da Liderança Capitalização S.A. São Paulo - SP Examinamos as demonstrações financeiras da Liderança Capitalização S.A. ("Empresa"), que

compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com

base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expresar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa

Opinião Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente

cultosa opiniad, as denoistações infanceiras actina feridas apresentam adequadamente, todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Liderança Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Ênfase

Sem alterar a nossa opinião, chamamos a atenção para a informação contida na Nota Explicativa nº 22-f, referente ao valor a receber do controlador da Empresa, originado da alienação da participação no

Banco Panamericano S.A. A liquidação financeira do referido valor, prevista contratualmente para Banco Panamericano S.A. A liquidação financeira do feterido valor, prevista contratualmente para correr em 23 de outubro de 2020, está condicionada à geração de caixa futuro por parte do controlador. Também chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 13-b que informa que parte do valor a receber acima mencionado, foi liquidado em 23 de outubro de 2013, mediante dação de imóvel que foi locado para empresa relacionada em condições definidas pelas partes.

Conforme evidenciando na Nota Explicativa nº 18, a Empresa possui diversos processos judiciais que,

poderão ou não. resultar em futuro desembolso de caixa. Dentre eles se destaca, pela sua relevância poderao ou nao, resultar em tuturo desemboliso de caixa. Dentre eles se destaca, pela sua felevancia, a discussão relacionada com a definição da base de cálculo da COFINS, cuja liminar que suspendia a obrigatoriedade do recolhimento dos valores em discussão, foi cassada. Consequentemente, o desembolso do valor em discussão, que é superior ao montante dos recursos financeiros livres da Empresa (Nota Explicativa n° 5), poderá ser requerido. As ações da Empresa, em relação a esse assunto estão descritas na Nota Explicativa n° 18-a. Nossa opinião, não está modificada em decorrência do assunto tratado neste parágrafo

São Paulo. 26 de fevereiro de 2014



CRC 2SP014428/O-6

Francesco Luigi Celso Contador CRC 1SP175348/O-5

NO MUNDO DOS NEGÓCIOS, TRANSPARÊNCIA NUNCA SAI DE MODA.

